



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

EDUCAÇÃO E RACIONALIDADE HUMANA: CONSTRUINDO RELAÇÕES DE ALTERIDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL - PRÉ-SELECIONADO¹

Letícia Rieger Duarte², Celso José Martinazzo³.

¹ Projeto de Pesquisa do curso de Mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ

² Graduada em Pedagogia, mestranda do PPG em Educação nas Ciências da UNIJUÍ, bolsista FAPERGS/CAPES, leticia.rd@hotmail.com.

³ Professor Orientador Doutor do DHE e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ, marti.sra@terra.com.br

Introdução

A pesquisa em questão é resultado das discussões que vem se incorporando ao trabalho de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Para a elaboração do texto buscamos compreender como a educação pode potencializar a construção de uma outra racionalidade humana que inclua relações de alteridade, de respeito aos direitos de humanidade e promova a justiça social.

Para isso, foi necessário entender quais os possíveis fundamentos para a construção de uma outra racionalidade humana; estudar os conceitos de alteridade, direitos humanos e justiça social para compreender sua inter-relação no meio social; e analisar as contribuições da educação para a consolidação desses aspectos sociais.

Metodologia

A elaboração do texto caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica resgatando e ressignificando conceitos como racionalidade, alteridade, direitos humanos e justiça social no campo da educação com base na teoria da complexidade. Os conceitos foram extraídos das obras de pensadores como Edgar Morin, Emmanuel Lévinas e Paulo Freire.

Resultados e discussão

A vida humana vem sendo gradativamente massacrada de diferentes formas, ao longo dos anos, sem direito à autodefesa. Uma parte privilegiada da sociedade impõe regras e leis a parcelas minoritárias que, ao longo do tempo, não têm seus direitos garantidos.

Com o passar dos séculos, alguns dos documentos sobre os direitos humanos assumiram o pressuposto de que o ser humano deveria ser respeitado por ser um sujeito de direitos. Com base nisso surgem a Carta Magna (1215), a Constituição Americana (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Entretanto, apesar da legislação, os direitos não eram respeitados. Isso se tornou visível e gritante com a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto considerado essencial para os nazistas. Direitos de humanidade que não existiam ou não foram respeitados e ninguém os assegurou para as vítimas.



SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Ao fim da Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas e, depois de três anos de trabalho efetivo, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ainda assim, vemos países e povos que não aderem ao Direito Internacional e, diariamente, a violência contra a humanidade está sendo praticada. Muito é noticiado e dito, mas a subjetividade humana ainda configura-se sob a ótica da violência, do desrespeito ao humano e ao diferente. Até mesmo o uso da mídia ao noticiar tais eventos incentiva sua efetivação.

Pensar em comunidades de aprendizagem significa ir contra o conceito hegemônico de realização pessoal e combater um sistema de exploração e subordinação dos excluídos da zona de conforto do próprio sistema. Pensar em uma outra racionalidade humana pressupõe uma mudança de política estatal que emerge das minorias desfavorecidas. Freire convida a refletir que

[...] os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (1987, p. 61).

Compreendendo-se como maioria que se une é que a população marginalizada ganha sua força. Os próprios opressores, inseridos no sistema opressor, não se percebem como vítimas, humanos explorando sua própria espécie. A violência, nesse contexto, seja ela simbólica, exploratória ou real, corporal é uma questão de falta de consciência de pertencer a uma espécie e a uma sociedade humana. A ética não é algo inato ao ser humano, mas uma construção que se inicia na infância e se desenvolve ao longo de toda a vida. Esta é uma das tarefas fundamentais da educação escolar em todos os níveis: ensinar a ética do gênero humano que contemple e resgate a noção da natureza e da dignidade da pessoa.

Para resgatar a aprendizagem da ética é necessário vivenciá-la nos diferentes contextos e momentos em que a criança vive, experiencia e, por isso, aprende. A ética não é algo que se aprende somente através de conceitos, mas, sobretudo, através da vivência, da naturalização do respeito e da luta pela sua efetivação. De acordo com Sidekum,

Propriamente, *ethos* significava o *logos*, o “lugar” interno e sagrado do homem, sua atitude interior, seu caráter moral, a forma de vida que vai desenvolvendo e realizando. É a personalidade moral adquirida através de seus atos e hábitos. [...] *Ethos* é o modo de proceder [...]. O *ethos* é algo pessoal. A ética, etimologicamente derivada de *ethos*, é uma ciência especulativamente própria, enquanto procura o conhecimento das normas que orientam a práxis humana (2002, p. 21).

A ética, portanto, é uma construção que ocorre, sobretudo, através de vivências. Ao pensar nessa aprendizagem é necessário compreender que o ser humano não é alguém dinâmico e está engendrado numa rede de relacionamentos com pessoas e/ou instituições que o fazem cada vez mais parte do gênero humano e cada vez mais complexo em seu entendimento. Para conviver com esse outro, caracterizado pela rede de suas relações, é necessário estar aberto ao diálogo, respeitá-lo sem querer entendê-lo por completo, ocupar seu espaço sem invadir o do outro.

A concretização dessa relação pressupõe compreender que as pessoas já possuem mecanismos de defesa e que essa personalidade que se estruturou a partir da infância tende a persistir ao longo da vida. Daí a importância de trabalhar com as crianças vivências que possam constituí-las a partir da





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

ótica do respeito aos direitos de humanidade que cada um possui e de que “cada um” é um ser singular, tem valores distintos, tem características, desejos, atitudes diferentes e que, por isso mesmo, são merecedoras de respeito.

Percebe-se, portanto, a necessidade de revolucionar as mentes, isto é, de inverter as lógicas do pensamento, de reorganizar o modo de como se constrói as percepções de mundo. Urge que as crianças aprendam a respeitar por serem respeitadas. A criança, muitas vezes, começa a compreender a lógica da falta de respeito aos direitos pela ação dos pais e professores que não a respeitam.

Na sala de aula, muitas vezes, sufocados pela rotina e pela exaustiva jornada de trabalho, os professores sufocam as situações de conflito abrindo mão de sua solução. Mais importante do que delegar a função de “resolver” os problemas de indisciplina para a equipe gestora, é construir no interior do próprio conflito, formas de a criança compreender onde está o seu erro e, com isso, aprender a respeitar os professores e os demais colegas.

Apesar de a equipe gestora não ser diretamente responsável pela educação das crianças ela possui essa função de forma indireta já que sua competência, quando a questão é a aprendizagem da ética, é construir espaços de efetivação da vivência ética na escola. Para isso, os profissionais da escola precisam criar formas de participação, de relações de diálogo e convivência no contexto escolar incentivando a construção da cidadania e tornando a escola uma comunidade de aprendizagem contra-hegemônica.

A escola e a comunidade educativa precisam promover vivências que consolidem a experiência ética de reconhecimento de que cada um é parte do gênero humano. Conforme Morin, “a era planetária necessita situar tudo no contexto e no complexo planetário. O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital” (MORIN, 2001, p. 35). Por isso, é importante estabelecer relações de alteridade, respeitar os direitos inerentes à humanidade de cada um e, com isso, superar um sistema viciado na exploração do indivíduo caminhando em direção à justiça social.

Conclusões

Vive-se um momento em que o ser humano está ameaçado pela autodestruição. O sistema político e econômico vigente visa o lucro acima da vida humana o que gera uma grande massa de excluídos, pessoas que passam fome e não têm as mínimas condições de sobrevivência. Além disso, a exploração predatória da natureza com fins lucrativos está criando um planeta doente e prestes a não suportar sua degradação. Há a necessidade de resgatar o respeito e o cuidado com o outro e com a natureza.

Ao pensar no resgate de relações mais humanas surge a necessidade de reinventar a racionalidade dos seres humanos para que saibam construir relações de alteridade, respeitar os direitos de cada um e promover a justiça nas relações sociais. É necessário, para tanto, educar as crianças para que, na construção de suas subjetividades, desenvolvam uma racionalidade em prol do humano e da humanidade.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

Palavras-chave: Educação, racionalidade, direitos humanos, ética.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

SIDEKUM, Antonio. Ética e alteridade: a subjetividade ferida. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

